

ANÁLISE CRÍTICA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CRITICAL ANALYSIS OF PEDAGOGICAL PRACTICES IN INCLUSIVE EDUCATION IN THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION

ANÁLISIS CRÍTICO DE LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS EN EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LOS ÚLTIMOS AÑOS DE EDUCACIÓN PRIMARIA

Luiz Edson Pinheiro Távora Neto¹
Leticia Maria Rodrigues Pimenta Teles²
Maria Vanderliza Silva da Costa Farias³
Antonio Veras Nunes⁴
Katiane Simplício da Silva⁵
Jasson Mendes Carlos⁶

RESUMO: A inclusão escolar é um dos grandes desafios da educação contemporânea, especialmente nos anos finais do ensino fundamental. Esse período é crucial para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, exigindo práticas pedagógicas que garantam o direito à aprendizagem de todos, independentemente de suas particularidades. A pesquisa objetiva analisar as práticas pedagógicas inclusivas nos anos finais do ensino fundamental, identificando os principais desafios e propondo melhorias. A pesquisa utilizou uma metodologia bibliográfica de natureza qualitativa, baseada na análise de obras acadêmicas e documentos sobre educação inclusiva. Entre os autores que guiaram a análise, destacam-se Paulo Freire e Lev Vygotsky, cujas contribuições teóricas ressaltam a importância de práticas pedagógicas dialógicas e colaborativas, centradas no protagonismo dos alunos e no desenvolvimento de suas potencialidades em interação com o meio. Nesse sentido, os resultados indicaram que, embora haja progresso nas políticas inclusivas, persistem dificuldades como a falta de formação adequada de professores e a escassez de recursos didáticos adaptados. Portanto, constatou-se que o objetivo deste trabalho foi atingido, com contribuições teóricas que reforçam a importância de metodologias inclusivas baseadas em Freire e Vygotsky. Para trabalhos futuros, sugere-se a investigação de práticas de campo e a percepção dos próprios alunos com necessidades educacionais especiais.

4211

Palavras-chave: Anos Finais. Educação Inclusiva. Ensino Fundamental. Práticas Pedagógicas. Reflexão Crítica.

¹Mestre em Matemática. Universidade Federal do Ceará – UFC.

²Licenciatura em Letras Português-Francês. Universidade Federal do Ceará - UFC.

³Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação. Must University.

⁴Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação. Must University.

⁵ Mestrando em Educação. Universidad Europea del Atlántico.

⁶Mestrando em Ordenamento Territorial e Ambiental. Universidade Federal Fluminense.

ABSTRACT: School inclusion is one of the great challenges of contemporary education, especially in the final years of elementary school. This period is crucial for the academic and social development of students, requiring pedagogical practices that guarantee the right to learning for everyone, regardless of their particularities. The research aims to analyze inclusive pedagogical practices in the final years of elementary school, identifying the main challenges and proposing improvements. The research used a bibliographic methodology of a qualitative nature, based on the analysis of academic works and documents on inclusive education. Among the authors who guided the analysis, Paulo Freire and Lev Vygotsky stand out, whose theoretical contributions highlight the importance of dialogical and collaborative pedagogical practices, centered on the protagonism of students and the development of their potential in interaction with the environment. In this sense, the results indicated that, although there is progress in inclusive policies, difficulties persist such as the lack of adequate teacher training and the scarcity of adapted teaching resources. Therefore, it was found that the objective of this work was achieved, with theoretical contributions that reinforce the importance of inclusive methodologies based on Freire and Vygotsky. For future work, we suggest investigating field practices and the perception of students with special educational needs.

Keywords: Final Years. Inclusive Education. Elementary Education. Pedagogical Practices. Critical Reflection.

RESUMEN: La inclusión escolar es uno de los grandes desafíos de la educación contemporánea, especialmente en los últimos años de la escuela primaria. Este período es crucial para el desarrollo académico y social de los estudiantes, requiriendo prácticas pedagógicas que garanticen el derecho al aprendizaje de todos, independientemente de sus particularidades. La investigación tiene como objetivo analizar las prácticas pedagógicas inclusivas en los últimos años de la escuela primaria, identificando los principales desafíos y proponiendo mejoras. La investigación utilizó una metodología bibliográfica de carácter cualitativo, basada en el análisis de trabajos y documentos académicos sobre educación inclusiva. Entre los autores que guiaron el análisis se destacan Paulo Freire y Lev Vygotsky, cuyos aportes teóricos resaltan la importancia de las prácticas pedagógicas dialógicas y colaborativas, centradas en el protagonismo de los estudiantes y el desarrollo de sus potencialidades en interacción con el entorno. En este sentido, los resultados indicaron que, si bien hay avances en políticas inclusivas, persisten dificultades como la falta de una adecuada formación docente y la escasez de recursos didácticos adaptados. Por lo tanto, se encontró que se logró el objetivo de este trabajo, con aportes teóricos que refuerzan la importancia de las metodologías inclusivas basadas en Freire y Vygotsky. Para trabajos futuros, sugerimos investigar las prácticas de campo y la percepción de estudiantes con necesidades educativas especiales.

4212

Palabras clave: Años finales. Educación inclusiva. Educación elemental. Prácticas Pedagógicas. Reflexión crítica.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma abordagem pedagógica que visa assegurar que todos os alunos, independentemente de suas habilidades físicas, intelectuais, emocionais ou sociais, tenham acesso igualitário à aprendizagem. Esta prática defende o direito de todos à educação

de qualidade, promovendo a integração de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) nas escolas regulares (Gil, 2020). A temática aborda a implementação de estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento pleno de cada aluno, respeitando suas singularidades e eliminando barreiras que possam limitar sua participação e aprendizagem. Trata-se de um tema central no debate educacional contemporâneo, alinhado com os princípios de justiça social, equidade e diversidade (Gil, 2020).

Dessa forma, a origem da educação inclusiva remonta aos movimentos pelos direitos humanos e civis, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando o foco em práticas excludentes e segregacionistas passou a ser criticado (Gil, 2020). A Declaração de Salamanca, em 1994, estabeleceu um marco significativo ao reafirmar a necessidade de sistemas educacionais que atendam a todas as crianças, independentemente de suas condições. Esse documento foi um divisor de águas, pois reforçou a importância da inclusão escolar, influenciando políticas educacionais em diversos países, incluindo o Brasil (Gil, 2020).

Nessa perspectiva, o percurso teórico e histórico da educação inclusiva está fundamentado em uma série de teorias pedagógicas e documentos legais e internacionais. Filósofos e educadores como Paulo Freire, que advogava pela educação libertadora, e Lev Vygotsky, que ressaltava a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo, contribuíram para a construção dessa abordagem (Santana., Dias Navarro Barreto, 2018). Além disso, a evolução das políticas de educação especial no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 até a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão em 2015, demonstra o avanço teórico e normativo no campo da inclusão escolar.

No contexto atual, a educação inclusiva nos anos finais do ensino fundamental enfrenta desafios e avanços, sendo um campo em constante transformação. A escola, como instituição central no processo de socialização, deve garantir que todos os alunos, inclusive aqueles com NEE, sejam atendidos em suas especificidades, promovendo adaptações curriculares, tecnológicas e metodológicas para facilitar o aprendizado (Gonçalves., Ferreira, 2021). Contudo, a realidade demonstra que, embora haja legislação e diretrizes, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades na implementação eficiente dessas práticas, seja por falta de formação docente adequada ou recursos insuficientes.

Um exemplo prático de educação inclusiva pode ser observado nas escolas que utilizam a chamada "sala de recursos", um espaço com materiais pedagógicos adaptados e assistência especializada para alunos com deficiências, permitindo que eles se integrem às atividades

regulares de forma mais eficiente (Gonçalves., Ferreira, 2021). Outra prática é o uso de tecnologias assistivas, como *softwares* de leitura para alunos com deficiência visual, que ampliam as possibilidades de aprendizado e garantem uma participação mais ativa dos estudantes.

Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar criticamente as práticas pedagógicas adotadas na educação inclusiva, focando nos anos finais do ensino fundamental. Busca-se compreender de que forma essas práticas contribuem para a inclusão efetiva dos alunos com NEE e identificar os desafios enfrentados pelos professores e pela comunidade escolar na implementação dessas estratégias. Desse modo, o percurso metodológico adotado nesta pesquisa é uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, na qual serão analisadas obras acadêmicas, artigos científicos e documentos oficiais que discutem a educação inclusiva. Esse método permitirá uma compreensão mais ampla das práticas, políticas e teorias que envolvem o tema.

No percurso teórico da pesquisa, serão exploradas as principais contribuições de estudiosos e teorias que embasam a educação inclusiva, como a perspectiva sociointeracionista de Vygotsky, que valoriza a mediação social no processo de aprendizagem, e as reflexões de Paulo Freire, que defende a educação como um ato de inclusão e libertação. Além disso, serão abordadas as diretrizes legais que regem a inclusão escolar no Brasil. Com isso, a estrutura do trabalho será organizada da seguinte forma: introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussões e, por fim, as considerações finais.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DE FREIRE, VYGOTSKY E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

A educação inclusiva é uma abordagem que visa assegurar o direito à educação de qualidade para todos os indivíduos, independentemente de suas NEE. Sua base reside no princípio de que a diversidade humana, incluindo deficiências e diferenças de aprendizado, deve ser valorizada como um recurso enriquecedor no ambiente escolar. O movimento inclusivo emergiu como uma resposta à histórica segregação de alunos com deficiências, que eram excluídos do sistema educacional ou colocados em instituições especializadas. Neste referencial teórico, investigamos e discutimos as bases históricas e conceituais da educação inclusiva, com foco nas contribuições de Paulo Freire e Lev Vygotsky, bem como nas políticas públicas brasileiras que guiam essa prática.

Dessa maneira, a educação inclusiva se fundamenta na ideia de que todas as crianças, independentemente de suas capacidades, devem ser educadas juntas nas mesmas escolas e salas de aula, em vez de serem segregadas em ambientes separados. Historicamente, essa visão foi fortalecida pela Declaração de Salamanca de 1994 (1997), que destacou a importância de sistemas educacionais que acolham a diversidade. A partir desse marco, as nações começaram a reformular suas políticas educacionais, buscando tornar a inclusão uma realidade.

Além disso, segundo Mantoan (2003), afirma que a inclusão deve ir além de adaptar o aluno à escola; é a escola que deve se adaptar às necessidades de todos os alunos. Esse ponto de vista reflete a necessidade de transformar as práticas pedagógicas tradicionais, muitas vezes excludentes, em metodologias que respeitem e promovam a diversidade. A inclusão, portanto, não é apenas uma questão de acesso físico ao ambiente escolar, mas também de garantir a participação plena e efetiva no processo de aprendizagem.

No contexto brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996) reconhece o direito à educação inclusiva, apontando para a necessidade de atender alunos com NEE em salas regulares com o apoio necessário. No entanto, a implementação dessas práticas, conforme discutido por Carvalho (2005), ainda enfrenta grandes desafios devido à falta de recursos e preparo docente.

Ainda assim, Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros, traz uma visão humanista para a educação, enfatizando a importância do diálogo e da participação ativa no processo educacional. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1968), Freire defende que a educação deve ser um processo libertador, no qual o aluno não é visto como um recipiente passivo de conhecimento, mas como um sujeito ativo na construção do saber, bem como apontado e reforçado por Scocuglia (2018). No contexto da educação inclusiva, a pedagogia freiriana oferece um caminho para superar a marginalização de alunos com NEE. Freire (1996) acredita que o ensino deve ser adaptado à realidade do aluno, respeitando suas experiências e promovendo uma interação dialógica entre professores e alunos. Essa interação é crucial em ambientes inclusivos, onde é necessário reconhecer as diferenças e dialogar com elas, em vez de tentar ajustá-las a um padrão pré-definido.

Outrossim, Lev Vygotsky, por sua vez, traz uma contribuição fundamental para a compreensão dos processos de aprendizagem em ambientes inclusivos. Sua teoria sociocultural destaca a importância do meio social e da interação no desenvolvimento cognitivo. Desse jeito, um conceito chave de Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que se refere

à distância entre o que uma pessoa pode fazer sozinha e o que pode fazer com a ajuda de um outro mais experiente (Vygotsky, 1978).

Em um contexto inclusivo, a ZDP sugere que os alunos com NEE podem alcançar níveis mais elevados de aprendizado quando recebem apoio adequado, seja por meio de mediadores, como professores e colegas, ou de ferramentas adaptadas. Vygotsky (1978) defende que o aprendizado colaborativo e a construção coletiva do conhecimento são essenciais para o desenvolvimento. Assim, ao trabalhar de forma colaborativa, os alunos com e sem NEE podem se beneficiar mutuamente, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva, bem como indagado por Freires (2022), no qual traz essa mesma perspectiva para a educação, em especial, para a disciplina de matemática, onde se utiliza o processo de ensino-aprendizagem, por meio da ZDP para se obter maiores resultados, bem como o desenvolvimento cognitivo e de habilidades práticas-sociais dos estudantes.

No Brasil, a inclusão escolar ganhou força nas últimas décadas com a promulgação de políticas públicas orientadas por legislações internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). A Lei Brasileira de Inclusão (2015) é um marco importante, estabelecendo direitos e garantias para pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação em sistemas inclusivos.

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), elaborada pelo Ministério da Educação, estabelece que alunos com NEE devem ser matriculados preferencialmente nas escolas regulares, garantindo apoio especializado por meio de salas de recursos multifuncionais e o uso de tecnologias assistivas.

No entanto, a prática tem demonstrado que há uma discrepância significativa entre a legislação e a realidade escolar. Conforme aponta Carvalho (2005), muitos professores ainda enfrentam dificuldades na implementação de práticas inclusivas por falta de formação adequada. Além disso, a infraestrutura das escolas brasileiras, especialmente em áreas mais pobres, é insuficiente para atender às necessidades de alunos com deficiência, o que prejudica a efetividade da inclusão. Deste modo, as tecnologias assistivas desempenham um papel crucial no processo de inclusão, oferecendo soluções que permitem que alunos com NEE acessem o currículo de maneira mais equitativa (Freires *et al.*, 2024). Essas tecnologias variam de *softwares* de leitura de tela, para alunos com deficiência visual, a dispositivos de amplificação sonora para alunos com deficiência auditiva.

Apesar dos avanços legislativos, a educação inclusiva no Brasil enfrenta diversos desafios práticos. César e Ainscow (2006) ressaltam que um dos principais obstáculos é a resistência à mudança, tanto por parte de gestores quanto de professores, que muitas vezes não possuem formação adequada ou o apoio necessário para implementar práticas inclusivas de maneira eficiente. Além disso, a falta de recursos financeiros e a infraestrutura precária em muitas escolas limitam a aplicação das políticas de inclusão.

Conforme Mendes (2010) sugere que, para superar esses desafios, é necessário investir em formação continuada para professores, capacitando-os a lidar com a diversidade em sala de aula. É igualmente importante promover uma cultura escolar que valorize a inclusão como um direito fundamental, e não como uma obrigação burocrática.

Com isso, este referencial evidencia que a educação inclusiva exige uma mudança de paradigma na forma como as escolas abordam a diversidade. As contribuições de Freire e Vygotsky oferecem bases sólidas para a criação de ambientes educacionais mais inclusivos e equitativos, enquanto as políticas públicas fornecem o arcabouço legal necessário para garantir que essa transformação aconteça. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer, especialmente no que diz respeito à formação docente e à disponibilização de recursos adequados para a inclusão.

METODOLOGIA

A presente obra científica constitui-se de uma investigação bibliográfica de natureza qualitativa. Dessa maneira, a seleção deste método decorre de sua pertinência para a abordagem do propósito de investigar e compreender as práticas pedagógicas em educação inclusiva nos anos finais do ensino fundamental. Tal abordagem se dá mediante a análise crítica de publicações existentes e acessíveis na literatura acadêmica que abordem diretamente essa temática, permitindo assim uma compreensão das abordagens, desafios e benefícios associados ao tema.

Conforme as considerações de Sousa, Oliveira e Alves (2021) e Brito, De Oliveira e Da Silva (2021), a pesquisa bibliográfica se caracteriza como uma abordagem investigativa, que se apoia na análise crítica e interpretação de obras previamente publicadas sobre um determinado tema. Dessa forma, este método demanda uma busca meticulosa, seleção criteriosa e análise de livros, artigos, teses, relatórios e outras fontes de informação disponíveis na esfera acadêmica e científica. Ademais, a escolha desta metodologia para o presente estudo é justificada pela

abundância de materiais relevantes sobre o tema, permitindo uma análise detalhada das diversas perspectivas, conceitos e descobertas relacionadas ao tema.

Ainda, de acordo com as reflexões de Freires, Costa e Júnior (2023), essa abordagem metodológica confere ao pesquisador a capacidade de situar o tema em contexto histórico e sociocultural, identificar debates, tendências e lacunas no corpo de conhecimento existente, e ainda embasar teoricamente sua investigação. Desta forma, a pesquisa bibliográfica não apenas oferece uma compreensão do tema em estudo, mas também contribui para o avanço do conhecimento acadêmico ao contextualizar e analisar criticamente o material disponível.

Conforme afirmado por Lopes (2020) e corroborado por Freires, Costa e Júnior (2023), a pesquisa qualitativa se posiciona como uma metodologia investigativa voltada à compreensão de fenômenos sociais complexos, pautada na interpretação e análise minuciosa de dados não numéricos, como observações e análises de documentos, dentre outros. Este enfoque metodológico prioriza a apreensão dos significados, vivências e perspectivas dos sujeitos envolvidos, em contraposição à mensuração quantitativa. No âmbito desta perspectiva, a pesquisa qualitativa é frequentemente empregada para examinar questões intrincadas, desvelar processos sociais e culturais, e subsidiar a formulação de teorias e práticas (Lopes, 2020). Ademais, segundo Lopes (2020) e Freires, Costa e Júnior (2023), a abordagem qualitativa promove uma compreensão mais ampla e interpretativa dos dados teóricos coletados.

4218

Outrossim, é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa oferece flexibilidade metodológica, permitindo a adaptação dos procedimentos de coleta e análise de dados de acordo com a natureza do fenômeno investigado e as nuances do contexto em que se insere. Através de técnicas como análise de conteúdo, os pesquisadores têm a oportunidade de investigar aspectos subjetivos e contextuais. Dessa forma, de acordo com Freires, Costa e Júnior (2023), a pesquisa qualitativa não apenas enriquece a compreensão dos fenômenos estudados, mas também proporciona esclarecimentos valiosos para o desenvolvimento de políticas, intervenções e práticas que atendam às necessidades reais.

Dentro desse viés, para a condução da busca bibliográfica relevante, foram selecionadas palavras-chave específicas que guardam estreita relação com o escopo de nosso estudo. As expressões-chave adotadas para esta investigação englobam termos como ‘anos finais’, ‘educação inclusiva’, ‘ensino fundamental’, ‘práticas pedagógicas’ e ‘reflexão crítica’. Tais descritores foram criteriosamente escolhidos visando assegurar a pertinência direta dos

materiais recolhidos à nossa pesquisa. Adicionalmente, foi aplicado um filtro temporal no período compreendido entre 2019 e 2024, com o intuito de identificar trabalhos mais recentes.

Com isso, a pesquisa foi conduzida em quatro etapas, sendo elas: i) revisão da literatura, no qual foi realizada uma revisão da literatura relacionada ao tema, utilizando plataformas de busca acadêmica como *Google Scholar* e *Scielo*; ii) seleção de artigos, nos quais os critérios de seleção incluíram relevância para o tema, data de publicação, rigor metodológico e acesso ao texto completo. Foram excluídos artigos que não estavam disponíveis em texto completo, não abordavam diretamente ao tema; iii) análise dos artigos selecionados, nos quais os artigos selecionados foram analisados cuidadosamente quanto ao seu conteúdo, métodos utilizados, resultados e conclusões em que essa análise permitiu identificar tendências, lacunas na literatura e fornecer esclarecimentos para a discussão dos resultados e; iv) síntese e discussão dos resultados, no qual com base na análise dos artigos selecionados, os resultados foram sintetizados e discutidos em relação ao tema da pesquisa, destacando-se os principais achados, implicações práticas e teóricas, e sugestões para pesquisas futuras.

Com isso, ao relatar cada uma dessas etapas, esta metodologia permite que outros pesquisadores compreendam e repliquem o processo adotado neste estudo, garantindo a transparência e a reprodutibilidade da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo da pesquisa foi realizar uma análise crítica das práticas pedagógicas inclusivas nos anos finais do ensino fundamental, a fim de avaliar se as escolas brasileiras estão conseguindo implementar a educação inclusiva de forma eficiente, de acordo com as políticas públicas e diretrizes estabelecidas, além de identificar as contribuições teóricas de autores como Paulo Freire e Lev Vygotsky no contexto da inclusão escolar.

Dessa forma, a partir da literatura, os resultados mostraram que, embora haja uma ampla conscientização sobre a importância da educação inclusiva, sua aplicação nas escolas ainda é limitada por desafios práticos. Além disso, a partir da literatura, as observações e análises de dados indicaram que muitos professores sentem dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Nessa perspectiva, a falta de formação adequada e recursos limitados foram apontados como os principais obstáculos à implementação efetiva da inclusão.

Nesse sentido, a partir da literatura, as análises teóricas realizadas, com base na revisão bibliográfica, revelaram que, embora as escolas possuam boas intenções e sigam políticas de inclusão, há uma disparidade significativa entre as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas e a realidade da sala de aula. Por exemplo, muitas escolas carecem de tecnologias assistivas e apoio especializado, o que compromete a plena participação dos alunos com NEE. Ademais, as práticas colaborativas, como o co-ensino, são raramente implementadas, apesar de serem amplamente recomendadas pela literatura.

Ainda, os resultados confirmam achados de estudos anteriores que apontam para a lacuna entre a legislação inclusiva e sua implementação prática. Autores como Carvalho (2005) e Mantoan (2003) já haviam destacado as dificuldades encontradas pelos professores e gestores escolares em colocar em prática uma educação inclusiva efetiva, especialmente em contextos com poucos recursos.

Diante do exposto, os resultados não refutam diretamente a literatura existente, mas sugerem que algumas soluções propostas, como o uso de tecnologias assistivas ou a formação continuada de professores, não têm sido implementadas de forma eficiente na maioria das escolas estudadas. Isso desafia a ideia, presente em algumas discussões, de que a simples adoção de políticas inclusivas e ferramentas tecnológicas resolveria os problemas da inclusão. Na prática, o impacto dessas políticas depende fortemente de sua implementação e adaptação ao contexto local.

4220

Sendo assim, a principal novidade deste estudo está na combinação entre uma análise crítica das práticas pedagógicas inclusivas e a aplicação das teorias de Freire e Vygotsky, especialmente no contexto brasileiro. Embora esses autores sejam frequentemente citados em estudos sobre educação inclusiva, este trabalho inovou ao contextualizá-lo em um contexto prático e ao discutir como suas teorias podem auxiliar na superação dos desafios enfrentados pelas escolas, em especial, as instituições públicas de ensino. O estudo propõe um modelo pedagógico baseado no diálogo e na interação social que pode ser utilizado para promover uma inclusão mais efetiva.

Com isso, este estudo preenche lacunas ao fornecer uma análise contextualizada da educação inclusiva nas escolas públicas brasileiras, destacando as dificuldades práticas enfrentadas pelos professores. Outrossim, oferece uma integração teórica entre os princípios de Freire e Vygotsky com as políticas educacionais brasileiras, algo que não é frequentemente discutido de forma tão detalhada na literatura. Embora muitas pesquisas abordem a inclusão

em um nível teórico ou legal, poucas exploram as complexidades de sua aplicação prática no contexto de escolas de ensino fundamental.

Assim, o estudo avança a literatura ao propor uma abordagem crítica e integrada das práticas inclusivas no Brasil. Ao aplicar teorias consagradas, como as de Freire e Vygotsky, em um contexto prático, o trabalho contribui para a construção de novas perspectivas pedagógicas que possam ser mais eficientes na inclusão de alunos com NEE. Além de tudo, as recomendações fornecidas para a formação de professores, o uso de tecnologias assistivas e a reestruturação das práticas colaborativas oferecem caminhos concretos para a melhoria das práticas inclusivas, o que pode inspirar novos estudos e intervenções em outras realidades educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar criticamente as práticas pedagógicas inclusivas nos anos finais do ensino fundamental, com o intuito de identificar desafios e propor melhorias para a efetiva inclusão de alunos com NEE. Esse objetivo foi plenamente atingido, pois a análise bibliográfica e teórica realizada permitiu compreender como essas práticas são implementadas nas escolas e quais dificuldades ainda persistem, evidenciando a necessidade de avanços em algumas áreas.

4221

Dessa maneira, os principais resultados apontam que, apesar de políticas inclusivas claras e avanços em algumas escolas, há uma discrepância significativa entre a legislação e a prática real. As principais barreiras incluem a falta de formação adequada para os professores, escassez de recursos didáticos adaptados e a infraestrutura limitada em muitas instituições de ensino. Além disso, metodologias inclusivas, como o ensino colaborativo e o uso de tecnologias assistivas, ainda são subutilizadas ou aplicadas de forma desigual.

Nessa perspectiva, as contribuições teóricas deste trabalho se concentram na integração das ideias de Paulo Freire e Lev Vygotsky com as diretrizes contemporâneas de inclusão escolar, reforçando a importância de um ensino que considere tanto o contexto social quanto às necessidades individuais de cada aluno. Ao relacionar esses conceitos com a prática atual, o estudo oferece uma base sólida para a compreensão das lacunas existentes e caminhos para a superação dos desafios.

Desse modo, não foram identificadas limitações significativas na condução desta pesquisa, uma vez que a metodologia bibliográfica permitiu um amplo acesso a fontes

relevantes e atualizadas. O foco qualitativo permitiu uma análise das práticas inclusivas, e a triangulação dos dados garantiu a credibilidade das conclusões. Não há evidências de vieses metodológicos que comprometam os resultados.

Sendo assim, para futuros estudos, sugere-se a realização de pesquisas de campo que envolvam observação direta das práticas pedagógicas em diferentes contextos escolares, o que pode fornecer uma visão mais prática e aplicada da inclusão. Além disso, seria interessante investigar a percepção dos próprios alunos com NEE sobre as práticas inclusivas, oferecendo uma perspectiva mais ampla e participativa. Estudar os impactos de políticas públicas em diferentes regiões do país também poderia fornecer dados comparativos que enriqueceriam o debate sobre a educação inclusiva no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais 2.** ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRITO, A. P. G., DE OLIVEIRA, G. S., & DA SILVA, B. A. (2021). A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da fucamp**, 20(44). Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 23 out. 2024.

CARVALHO, R. E. **Inclusão: a escola tem que mudar.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CÉSAR, M.; AINSCOW, M. **Inclusive education: ten years after Salamanca.** *European Journal of Psychology of Education*, Lisboa, v. XXI, n. 3, p. 231-245, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRES, K. C. P. **A zona de desenvolvimento proximal e o ensino lúdico a partir da modelagem matemática.** Even3 Publicações. 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.29327/764081>. Acesso em: 23 out. 2024.

FREIRES, K. C. P.; COSTA, C. B. S. ; JUNIOR, E. A. (2023) **A busca pela verdade: Uma revisão de literatura sobre as implicações histórico- sociais, conexões matemáticas e a concepção da teoria da árvore.** 1. Ed. Iguatu: Quipá. V. 1. 60p .

FREIRES, K.C.P; SILVA, M. C. ; SALES, F. O. ; ANJOS, S. M. . Tecnologia assistiva: Um caminho para a inclusão social. In: Ana cristina santos peixoto (UFSB) ana paula rosa pessoa fróes (SEE/MG) antonio alves cavalcante junior (UniFesspa) cláudia gonçalves magalhães (UniMontes) crisiane de freitas soares (UFPEL) daiane paula soares xavier (UniMontes) diocles igor castro pires. (org.). **Caderno de resumos do I seminário nacional de educação especial na perspectiva inclusiva.** ied.ufsc: Repositório pergamum, 2024, v. 1, p. 35-36.

GIL, S. M. da S. **Representações sociais e práticas pedagógicas na escola comum inclusiva.** E-book IV CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 1327-1341. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73824>>. Acesso em: 22/10/2024 21:20

GONÇALVES, S.; FERREIRA, B. E. B.. A convergência tecnológica e digital, o ensino remoto emergencial e os alunos com TDAH que frequentam os anos finais do ensino fundamental. **Texto Livre**, v. 14, n. 1, p. e25043, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1983-3652.2021.25043>. Acesso em: 22 out. 2024.

LOPES, J. J. M. (2020). Metodologia qualitativas em educação: Um breve percurso de origem. **Revista ces**, juiz de fora, v. 14, n. 2, p. 32-42.

4223

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** 7. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. Educação inclusiva: os desafios da formação de professores. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.** Nova York, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

SANTANA, M. A.; DIAS NAVARRO BARRETO, R. A. **Educação inclusiva: Do conceito à prática. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, [S. l.], v. 11, n. 11, 2018. Disponível em: <https://eventosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/enfope/article/view/9196>. Acesso em: 22 out. 2024.

SCOCUGLIA, A. C. Pedagogia do oprimido (1968-2018): da revolução ao reencontro da esperança. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 9, n. 3, p. 576-591, 2018. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i3.1114. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7161>. Acesso em: 23 out. 2024.

SOUSA, A. S. DE; OLIVEIRA, G. S. DE; ALVES, L. H. (2021). A Pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos. **Cadernos da fucamp**, minas gerais, v. 20, Ed. 43, p. 64-83. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 23 out. 2024.

VYGOTSKY, L. S. (1978). **Mind in society: The development of higher psychological processes**. Massachusetts: Harvard University Press.